

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS MASTER

Direito Penal

Aplicação da Lei Penal

Período 2010 - 2016

1) CEPERJ - Oficial de Fazenda - SEFAZ RJ (2010)

No Direito Penal, a necessidade de a norma ser complementada por outra de nível diverso denomina-se:

- a) norma penal em branco em sentido amplo
- b) norma penal em branco em sentido estrito
- c) norma penal não incriminadora
- d) norma penal regulamentar
- e) norma penal especial

2) CESPE - Defensor Público MA - DPE MA (2011)

No que diz respeito às fontes do direito penal brasileiro, assinale a opção correta.

- a) O complemento da norma penal em branco considerada em sentido estrito provém da mesma fonte formal, ao passo que o da norma penal em branco considerada em sentido lato provém de fonte formal diversa.
- b) A analogia, método pelo qual se aplica a lei de algum caso semelhante ao que estiver sendo analisado, é classificada como fonte formal mediata do direito penal.
- c) Na norma penal em branco ao avesso, o preceito secundário fica a cargo de norma complementar, que, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, pode ser legal ou infralegal.
- d) As fontes materiais revelam o direito; as formais são as de onde emanam as normas, que, no ordenamento jurídico brasileiro, referem-se ao Estado.
- e) As fontes de cognição classificam-se em imediatas – representadas pelas leis – e mediatas – representadas pelos costumes e princípios gerais do direito.

3) CESPE - Analista Judiciário - Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal (2013)

Julgue o item seguinte, referente à interpretação da lei penal, às causas de exclusão da culpabilidade e às causas de extinção da punibilidade.

Pela analogia, meio de interpretação extensiva, busca-se alcançar o sentido exato do texto de lei obscura ou incerta, admitindo-se, em matéria penal, apenas a analogia in bonam partem.

- () Certo
- () Errado

4) CESPE - Juiz Federal TRF2 (2013)

Assinale a opção correta acerca da interpretação da lei penal.

- a) A interpretação extensiva é admitida em direito penal para estender o sentido e o alcance da norma até que se atinja sua real acepção.
- b) A interpretação analógica não é admitida em direito penal porque prejudica o réu.
- c) A interpretação teleológica consiste em extrair o sentido e o alcance da norma de acordo com a posição

da palavra na estrutura do texto legal.

d) A analogia penal permite ao juiz atuar para suprir a lacuna da lei, desde que isso favoreça o réu.

e) A interpretação judicial da lei penal se manifesta na edição de súmulas vinculantes editadas pelos tribunais.

5) CESPE - Defensor Público SE - DPE SE (2012)

Com base na interpretação da lei penal e no conflito aparente de normas penais, assinale a opção correta.

a) O princípio da especialidade, aplicado na solução do conflito aparente de normas penais, tem a finalidade específica de evitar o bis in idem e determina a prevalência da norma especial em comparação com a geral, ocorrendo apenas no confronto in concreto das leis que definem o mesmo fato.

b) Entre o tipo penal básico e os derivados, sejam eles qualificados ou privilegiados, não há relação de especialidade, o que afasta a aplicação do princípio da especialidade na solução de conflito aparente de normas penais.

c) O método filológico, literal, ou gramatical, consiste na reconstrução do pensamento legislativo por meio das palavras da lei, em suas conexões linguísticas e estilísticas, e ignora, por completo, a ratio legis.

d) A interpretação teleológica busca a vontade do legislador, a chamada voluntas legislatoris, e não a vontade da lei, denominada voluntas legis.

e) O fenômeno denominado de interpretação evolutiva ocorre quando a disposição legal ganha novo sentido, aplicando-se a situações imprevistas ou imprevisíveis ao legislador.

6) CESPE - Defensor Público RR - DPE RR (2013)

Em relação às fontes da lei penal e à sua interpretação, assinale a opção correta.

a) A teoria subjetiva de interpretação da lei penal assevera que a natureza subjetiva da lei permite sua adaptação aos novos contextos histórico-culturais, de modo a possibilitar a aplicação da disposição legislativa a situações imprevistas ou imprevisíveis ao tempo da sua criação.

b) A interpretação sistemática possui idêntica finalidade da interpretação evolutiva, uma vez que ambas possuem o escopo da correta aplicação da lei ao caso concreto, considerando apenas o sistema formado pelo conjunto de leis.

c) Na atualidade, os tribunais superiores têm admitido o uso e o costume, ainda que contra legem, para ajustar as condutas previstas no tipo penal às concepções sociais dominantes, de modo a afastar a norma incriminadora que, em razão da natureza do sistema jurídico, seja desfavorável ao réu.

d) Na interpretação teleológica, que busca a vontade da lei (voluntas legis) e não a vontade do legislador (voluntas legislatoris), incumbe ao jurista o dever de perseguir sempre o escopo da lei e o resultado prático que ela pressupõe realizar, observando o limite insuperável da legalidade penal.

e) A moderna doutrina penal considera a jurisprudência como fonte criadora do direito, similar à lei, em razão do fator de produção normativa decorrente da obrigatoriedade que possuem as decisões dos tribunais superiores e do caráter vinculante das súmulas.

7) CESPE - Juiz Estadual - TJCE (2012)

Em relação à analogia, assinale a opção correta.

- a) A analogia só ocorre na hipótese de aplicação de lei, sendo vedada a utilização de entendimento firmado em súmula de tribunal superior analogicamente a outra situação semelhante.
- b) A analogia em direito penal, em regra, só pode ser utilizada em razão da ausência de norma regulamentadora, da presença de lacuna na lei ou da existência de lei desproporcional.
- c) A analogia, forma de autointegração da lei, não constitui fonte mediata do direito, podendo ser utilizada em relação a normas permissivas e incriminadoras.
- d) A jurisprudência do STJ admite, no âmbito do direito penal, a aplicação de analogia de normas de direito civil ou processual civil, ainda que resulte na condenação do réu.
- e) O uso do instituto da analogia pressupõe, necessariamente, uma lacuna involuntária da norma em vigor.

8) CESPE - Analista Legislativo - Câmara dos Deputados (2014)

Com referência a fundamentos e noções gerais aplicadas ao direito penal, julgue o próximo item.

Em matéria penal, os tratados e as convenções internacionais, após serem referendados pelo Congresso Nacional, constituem fontes imediatas do direito penal e têm eficácia erga omnes.

- () Certo
- () Errado

9) FMP - Agente Fiscal da Receita Municipal (PA)- Prefeitura PA (2012)

Assinale a alternativa correta.

- a) No Direito Penal brasileiro, é possível a revogação de tipos penais pelo costume, ou seja, quando a conduta não é mais repudiada pela sociedade para de ter vigência o tipo penal incriminador.
- b) No Direito Penal brasileiro, é possível que a pessoa jurídica figure como sujeito ativo do delito em qualquer tipo de crime.
- c) As normas penais em branco são aquelas em que há uma necessidade de complementação para que se possa compreender o âmbito de aplicação de seu preceito primário.
- d) A lei penal mais grave não se aplica ao crime continuado se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade delitiva.
- e) Para estabelecer o tempo e o lugar do crime, o nosso Código Penal considera, respectivamente, a teoria resultado e a teoria da ação.

10) CESPE - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal - TJDF (2015)

Em relação à aplicação, à interpretação e à integração da lei penal, julgue o item seguinte.
No Código Penal, a exposição de motivos é exemplo de interpretação autêntica, pois é realizada no próprio texto legal.

- Certo
 Errado

11) ESAF - Auditor Fiscal do Trabalho - MTE (2010)

À luz da aplicação da lei penal no tempo, julgue as afirmações abaixo relativas ao fato de Osvaldo ter sido processado pelo delito de paralisação de trabalho de interesse coletivo, em janeiro de 2009, supondo que lei, de 10 de janeiro de 2010, tenha abolido o referido crime:

- I. Caso Osvaldo já tenha sido condenado antes de janeiro de 2010, permanecerá sujeito à pena prevista na sentença condenatória;
II. A lei penal não pode retroagir para beneficiar Osvaldo;
III. Caso Osvaldo ainda não tenha sido denunciado, não mais poderá sê-lo;
IV. Osvaldo será beneficiado pela hipótese da abolitio criminis.
- a) Todos estão corretos.
b) Somente I está correto.
c) Somente III e IV estão corretos.
d) Somente I e III estão corretos.
e) Somente I e IV estão corretos.

12) CESPE - Oficial Técnico de Inteligência - Direito - ABIN (2010)

Em relação à aplicação da lei penal e aos diversos aspectos do crime, julgue o item seguinte.

Dado o reconhecimento, na CF, do princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica como garantia fundamental, o advento de lei penal mais favorável ao acusado impõe sua imediata aplicação, mesmo após o trânsito em julgado da condenação. Todavia, a verificação da lex mitior, no confronto de leis, é feita in concreto, cabendo, conforme a situação, retroatividade da regra nova ou ultra-atividade da norma antiga.

- Certo
 Errado

13) CESPE - Auditor Federal de Controle Externo - Controle Externo Auditoria - TCU (2011)

Considerando a teoria do direito penal, a lei penal em vigor e a Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/1993), julgue o item subsequente.

A lei penal que, de qualquer modo, beneficie o agente deve retroagir, desde que respeitado o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

- Certo
 Errado

14) CESPE - Auditor de Controle Externo - Tribunal de Contas - DF (2012)

A respeito dos crimes contra a fé pública, dos crimes previstos na Lei de Licitações, bem como dos princípios e conceitos gerais de direito penal, julgue o item a seguir.

Segundo os princípios que regem a lei penal no tempo, a nova lei penal, independentemente de ser mais ou menos benéfica ao acusado, será aplicada aos fatos ocorridos a partir do momento de sua entrada em vigor, mas a lei revogada, desde que mais benéfica ao acusado, continua a ser aplicada a fato anterior, ou seja, a fato praticado durante o período de sua vigência.

- () Certo
() Errado

15) FCC - Auditor Fiscal Tributário Muniipal SP -Prefeitura SP (2012)

César, na vigência da Lei no 01, foi condenado à pena de dois meses de detenção, pela prática de determinado delito. A sentença transitou em julgado. Antes do trânsito em julgado, entrou em vigor a Lei no 02, que aumentou a pena desse crime para três meses de detenção. Após o trânsito em julgado, entraram em vigor duas outras leis: a Lei no 03, que reduziu a pena dessa infração penal para um mês de detenção, e a Lei no 04, que aboliu o referido delito. Nesse caso,

- a) aplica-se a Lei no 02, por ter entrado em vigor antes do trânsito em julgado da sentença.
b) aplica-se a Lei no 03, por ter mantido a incriminação, com redução da pena imposta.
c) aplica-se a Lei no 04, que deixou de incriminar fato que anteriormente era considerado ilícito penal.
d) aplica-se a pena resultante da média aritmética entre as penas de todas as leis referentes à mesma infração penal.
e) não se aplica nenhuma das leis novas, que entraram em vigor após o trânsito em julgado da sentença.

16) FCC - Analista de Controle - TCE PR (2011)

O princípio válido, tratando-se de sucessão de leis penais no tempo, na hipótese de que a norma posterior incrimina fato não previsto na anterior, é o da

- a) Abolitio criminis.
b) Ultratividade.
c) Irretroatividade.
d) Retroatividade.
e) Lei vigente na época no momento da prática de fato punível: Tempus regit actum.

17) INSTITUTO CIDADES - Defensor Público AM - DPE AM (2011)

Em relação à novatio legis incriminadora, a novatio legis in pejus, abolitio criminis e a novatio legis in mellius, assinale o que for errado.

- a) dá-se a novatio legis incriminadora quando a lei penal definir nova conduta como infração penal;

- b) caracteriza-se a novatio legis in pejus quando a lei penal redefinir infrações penais, dando tratamento mais severo a condutas já punidas pelo direito penal, quer criminalizando o que antes era contravenção penal, quer apenas conferindo disciplina mais gravosa;
- c) ocorre a abolitio criminis quando, por exemplo, a lei penal abolir uma contravenção penal, como foi o caso da revogação do artigo 60 da Lei das Contravenções Penais;
- d) tem-se a novatio legis in mellius quando a lei penal definir fatos novos como infração penal, também denominada "neocriminalização".
- e) as situações de novatio legis e abolitio criminis são tratadas pelo artigo 2º do Código Penal e dizem respeito à disciplina da lei penal no tempo.

18) ESAF - Analista de Finanças e Controle - CGU - Controladoria Geral da União (2012)

Marque a opção correta.

- a) Quanto ao Lugar do crime, o Direito brasileiro adotou a Teoria da Atividade segundo a qual o Lugar do delito é aquele em que se verificou o ato executivo.
- b) O princípio da irretroatividade da lei penal é corolário do princípio da anterioridade da lei penal e limita-se às normas penais de caráter material.
- c) O Código Penal Brasileiro adotou, em relação ao dolo, a Teoria da Representação, segundo a qual para a existência do dolo é suficiente a representação subjetiva ou a previsão do resultado como certo ou provável.
- d) Os crimes comissivos por omissão são objetivamente descritos com uma conduta negativa, não se exigindo um resultado naturalístico.
- e) O conceito analítico de crime, segundo a Teoria Tripartite, crime é fato típico, antijurídico, culpável e punível.

19) CESPE - Analista Judiciário - TRE - ES (2011)

Julgue o item que se segue, à luz dos dispositivos do Código Penal (CP).

A lei penal que beneficia o agente não apenas retroage para alcançar o fato praticado antes de sua entrada em vigor, como também, embora revogada, continua a reger o fato ocorrido ao tempo de sua vigência.

- Certo
 Errado

20) CESPE - Inspetor de Polícia Civil CE - PC CE (2012)

Julgue o item que se segue, relativo à aplicação da lei penal.

Aplica-se a novatio legis in mellius aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado, sem que haja violação à regra constitucional da preservação da coisa julgada.

- Certo
 Errado

21) CESPE - Analista Judiciário - TRE - RJ(2012)

Julgue o item a seguir, que versa sobre a aplicação da lei penal.

Considere que determinado agente tenha sido condenado, por sentença transitada em julgado, pela prática de determinado delito, que deixou de ser conduta criminosa em face de lei ordinária federal posterior à data do crime. Nesse caso, como já houve condenação definitiva, a lei posterior não impedirá a execução da pena.

- () Certo
() Errado

22) CESPE - AFRFB/SRFB - RJ(2012)

Considerando a legislação, a doutrina e a jurisprudência a respeito da aplicação da lei penal no tempo, com relação ao instituto da abolitio criminis, analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta.

- I. A abolitio criminis pode ser aplicada para delitos tributários.
II. A lei penal pode retroagir para prejudicar o réu já condenado em trânsito em julgado e tal instituto denomina-se abolitio criminis.
III. A obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, oriunda de efeito da condenação penal, desaparece com a abolitio criminis.
IV. O instituto da abolitio criminis não é aceito pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- a) Todos estão corretos.
b) Somente I está correto.
c) I e IV estão corretos.
d) I e III estão corretos.
e) II e IV estão corretos.

23) VUNESP - Juiz Estadual - TJ-RJ (2011)

Pedro é sequestrado e os agentes exigem dinheiro de familiares dele como preço do resgate. Enquanto Pedro está privado da sua liberdade, é promulgada lei aumentando a pena cominada ao crime de extorsão mediante sequestro, previsto no art. 159, do Código Penal. Os agentes são presos em flagrante, e Pedro, libertado pela polícia, mas somente após a entrada em vigor da alteração legislativa. A pena a ser imposta aos agentes do sequestro, neste caso, será:

- a) a pena anteriormente prevista, pelo princípio da ultratividade da lei penal benéfica.
b) a pena anteriormente prevista, pois a extorsão mediante sequestro é crime instantâneo de efeitos permanentes.
c) a pena prevista pela nova legislação, pelo princípio da retroatividade da lei penal.
d) a pena prevista pela nova legislação, pois a extorsão mediante sequestro é crime permanente.

24) VUNESP - Analista Processual - MPE - SP (2010)

Com relação à aplicação da lei penal no tempo e ao princípio da anterioridade, considere as seguintes assertivas:

- I. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.
- II. Não há crime sem lei anterior que o defina; não há pena sem prévia cominação legal.
- III. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto quando decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

25) FMP - Defensor Público - DPGE - RO (2010)

Assinale a alternativa correta.

- a) Configura a abolitio criminis a diminuição da pena pelo legislador de um crime já existente.
- b) Configura a novatio legis in pejus quando a lei posterior não incrimina novas condutas, mas agrava situação penal de condutas já existentes.
- c) Configura a novatio legis in melius a hipótese em que a lei nova descriminaliza uma conduta que anteriormente era considerada criminosa.
- d) Configura a novatio legis incriminadora a hipótese em que a lei nova aumenta a pena de um fato já incriminado.
- e) Configura a abolitio criminis a hipótese em que o legislador retira de um crime existente a forma qualificada prevista na figura típica.

26) FCC - Auditor - TCE - SP (2013)

José foi processado e condenado por crime previsto em lei vigente à época do fato delituoso. Posteriormente, entraram em vigor duas leis: a primeira reduziu a pena prevista para o delito; a segunda o aboliu. Nesse caso, em relação à condenação imposta a José, se a sentença já tiver transitado em julgado,

- a) as duas leis novas retroagem.
- b) apenas a lei que aboliu o delito retroage.
- c) apenas a lei que reduziu a pena prevista para o delito retroage.
- d) as duas leis novas não retroagem.
- e) as duas leis só retroagem se contiverem norma expressa prevendo a aplicação a casos pretéritos.

27) CESPE - Analista - TC-DF (2013)

Julgue o item seguinte, relativo a aspectos diversos do direito penal.

De acordo com o CP, com relação à sucessão das leis penais no tempo, não se aplicam as regras gerais da irretroatividade da lei mais severa, tampouco a retroatividade da norma mais benigna, bem como não se aplica o preceito da ultra-atividade à situação caracterizada pela chamada lei penal em branco.

- Certo
 Errado

28) FCC - Analista Judiciário - TRT - 8ª Região (2010)

João cometeu um crime para o qual a lei vigente na época do fato previa pena de reclusão. Posteriormente, lei nova estabeleceu somente a sanção pecuniária para o delito cometido por João. Nesse caso,

- a) a aplicação da lei nova depende da expressa concordância do Ministério Público.
b) aplica-se a lei nova somente se a sentença condenatória ainda não tiver transitado em julgado.
c) não se aplica a lei nova, em razão do princípio da irretroatividade das leis penais.
d) aplica-se a lei nova, mesmo que a sentença condenatória já tiver transitado em julgado.
e) a aplicação da lei nova, se tiver havido condenação, depende do reconhecimento do bom comportamento carcerário do condenado.

29) CESPE - Escrivão da Polícia Civil - PC - BA(2013)

Julgue o item seguinte, com relação ao tempo, à territorialidade e à extraterritorialidade da lei penal.

Suponha que Leôncio tenha praticado crime de estelionato na vigência de lei penal na qual fosse prevista, para esse crime, pena mínima de dois anos. Suponha, ainda, que, no transcorrer do processo, no momento da prolação da sentença, tenha entrado em vigor nova lei penal, mais gravosa, na qual fosse estabelecida a duplicação da pena mínima prevista para o referido crime. Nesse caso, é correto afirmar que ocorrerá a ultratividade da lei penal.

- Certo
 Errado

30) CESPE - Investigador da Polícia Civil - PC - BA (2013)

Julgue o item seguinte, com relação ao tempo, à territorialidade e à extraterritorialidade da lei penal.

No delito continuado, a lei penal posterior, ainda que mais gravosa, aplica-se aos fatos anteriores à vigência da nova norma, desde que a cessação da atividade delituosa tenha ocorrido em momento posterior à entrada em vigor da nova lei.

- Certo
 Errado

31) CESPE - Policial Rodoviário Federal - PRF (2013)

Com relação aos princípios, institutos e dispositivos da parte geral do Código Penal (CP), julgue o item seguinte.

A extra-atividade da lei penal constitui exceção à regra geral de aplicação da lei vigente à época dos fatos.

- Certo
 Errado

32) CESPE - EPF - PF (2013)

Julgue o item subsequente, relativos à aplicação da lei penal e seus princípios.

Suponha que, no curso de determinado inquérito policial, tenha sido editada nova lei que, então, deixou de tipificar o fato, objeto da investigação, como criminoso. Nesse caso, o inquérito policial deve ser imediatamente encerrado, porquanto se opera a extinção da punibilidade do autor.

- Certo
 Errado

33) CESPE - EPF - PF (2013)

Julgue o item subsequente, relativos à aplicação da lei penal e seus princípios.

No que diz respeito ao tema lei penal no tempo, a regra é a aplicação da lei apenas durante o seu período de vigência; a exceção é a extra atividade da lei penal mais benéfica, que comporta duas espécies: a retroatividade e a ultra-atividade.

- Certo
 Errado

34) CESPE - Auditor Fiscal - Auditoria Governamental (2013)

Julgue o item a seguir elencados, que tratam da lei penal no tempo e no espaço.

Segundo o Código Penal Brasileiro vigente, a lei posterior que, de qualquer forma, favorecer o agente delituoso aplica-se aos fatos a ela anteriores, desde que não decididos por sentença penal condenatória transitada em julgado.

- Certo
 Errado

35) FAURGS - Juiz Estadual - TJ - RS (2012)

Acerca do princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica, assinale a afirmação INCORRETA.

- a) Determina que a lei penal poderá retroagir para atingir fatos praticados antes da sua entrada em vigor quando possuir sanção mais branda ao acusado.
- b) Deverá alcançar também as sentenças penais condenatórias transitadas em julgado.
- c) Não incide em casos envolvendo crimes hediondos em razão do elevado grau de lesividade causado por crimes dessa espécie.
- d) Impõe a extinção da punibilidade quando a lei nova descriminalizar a conduta imputada ao acusado.
- e) Impõe o arquivamento do termo circunstanciado quando a lei nova descriminalizar a conduta imputada ao autor do fato.

36) CESPE - Procurador do Distrito Federal - PGDF (2013)

Jonas, de vinte e cinco anos de idade, foi condenado, em janeiro de 2005, pelo sequestro de Márcio. A vítima, que, à época do sequestro, contava com sessenta e dois anos de idade, ficou em cativeiro de 8/9/2003 a 13/10/2003 e foi solta após o pagamento de cem mil reais exigidos pelo agente.

Com base nessa situação hipotética e considerando que o Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 1.º/10/2003) inseriu, no § 1.º do art. 159 do CP, a expressão “ou maior de 60 anos”, estabelecendo, para esse caso, pena entre doze e vinte anos de reclusão, muito superior à prevista no caput do referido artigo (de oito a quinze anos) e que, por isso, a conduta de Jonas amoldou-se a essa nova qualificação, julgue o item a seguir.

Em razão do princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa, Jonas não poderia ser condenado na forma qualificada decorrente do fator etário da vítima, pois a circunstância qualificadora foi introduzida no CP depois do sequestro por ele realizado.

- () Certo
- () Errado

37) FGV - Analista Judiciário - TJ - AM (2013)

No tocante à aplicação da lei penal, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Lei penal extrativa é aquela que produz efeitos fora de seu período de vigência, podendo ser ultrativa ou retroativa.
- b) A abolitio criminis é causa de extinção da punibilidade.
- c) A novatio legis in melius é retroativa, salvo quando já houve o trânsito em julgado da decisão condenatória respectiva.
- d) Em se tratado de crime permanente, aplica-se a lei vigente no momento em que cessou a permanência, ainda que se trate de lei penal mais gravosa.
- e) No caso de abolitio criminis, cessam os efeitos penais do fato praticado, persistindo os civis.

38) CESPE - Agente da Polícia Civil - PC - DF (2013)

Em relação ao direito penal, julgue o próximo item.

A abolitio criminis faz cessar todos os efeitos penais, principais e secundários, subsistindo os efeitos civis.

- Certo
 Errado

39) CESPE - Analista Judiciário - STF (2013)

Acerca dos princípios gerais que norteiam o direito penal, das teorias do crime e dos institutos da Parte Geral do Código Penal brasileiro, julgue o item a seguir.

Considere que Manoel, penalmente imputável, tenha sequestrado uma criança com o intuito de receber certa quantia como resgate. Um mês depois, estando a vítima ainda em cativeiro, nova lei entrou em vigor, prevendo pena mais severa para o delito. Nessa situação, a lei mais gravosa não incidirá sobre a conduta de Manoel.

- Certo
 Errado

40) CESPE - Procurador da Bahia - PGE - BA (2014)

No que diz respeito aos diversos institutos previstos na parte geral do Código Penal, julgue o item seguinte.

Em se tratando de abolitio criminis, serão atingidas pela lei penal as ações típicas anteriores à sua vigência, mas não os efeitos civis decorrentes dessas ações.

- Certo
 Errado

Direito Penal

Aplicação da Lei Penal

Período: 2010 - 2016

Gabarito

1 B	2 E	3 ERRADO	4 A	5 E
6 D	7 E	8 CERTO	9 C	10 ERRADO
11 C	12 CERTO	13 ERRADO	14 CERTO	15 C
16 C	17 D	18 B	19 CERTO	20 CERTO
21 ERRADO	22 B	23 D	24 B	25 B
26 A	27 ERRADO	28 D	29 CERTO	30 CERTO
31 CERTO	32 CERTO	33 CERTO	34 ERRADO	35 C
36 CERTO	37 C	38 CERTO	39 ERRADO	40 CERTO